

# *A ESTRATÉGIA COMUNICACIONAL DIFUNDIDA PELAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL*

## THE COMMUNICATION STRATEGY DISSEMINATED BY SOCIAL SERVICE TRADE ASSOCIATIONS

**Claudiana Tavares da S. Sgorlo**

Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutoranda.

E-mail: clautavares@hotmail.com

**Vera Lúcia Tieko Suguihiro**

Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora.

E-mail: suguihiro@uel.br

### **RESUMO**

Este estudo teve por objetivo pesquisar o papel da comunicação no processo de acesso à informação como forma de garantir direitos à população, por meio da organização dos órgãos representativos da categoria de assistentes sociais. Os sujeitos da pesquisa foram Assistentes Sociais que utilizam de forma sistemática a comunicação em sua atuação profissional. A questão da comunicação no Serviço Social tem se configurado como uma grande possibilidade de avanços para a profissão, na medida em que as áreas de Serviço Social e comunicação estabelecem relações vinculadas à realidade que se manifesta cotidianamente na vida do cidadão.

**Palavras-chave:** Serviço social; Comunicação; Direitos.

### **ABSTRACT**

The following paper intends to look at the role of communication in the information access process as a way to assure rights to the population by organizing social service trade associations. The core of the study was social workers who systematically use communication in their work. Communication within Social Service has been considered as an important tool for the development of social service since both things are present in people's lives.

**Keywords:** Social work; Communication; Rights.

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo buscou compreender a relação do Serviço Social com a política de Comunicação, ao problematizar a dimensão política da informação na prática profissional dos Assistentes Sociais, assim como discutir a comunicação produzida pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social

(CRESS), enquanto ferramenta de intervenção para a garantia de direitos da população. Para atingir os objetivos traçados, buscou-se analisar as expectativas, experiências e demandas dos profissionais em relação à política de comunicação implementada pelo conjunto CFESS-CRESS e contribuir com as discussões sobre o papel da comunicação no processo de acesso à informação como forma de garantir direitos à população. Como objeto, apresentou “a relação entre o Serviço Social e a comunicação na garantia de direitos da população”.

É importante reconhecer o papel transformador da comunicação ao promover a mobilização social, provocar mudanças, estabelecer estratégias de luta e consolidar valores ético-políticos e culturais.

É preciso ainda estar ciente que se vive em uma época de mercantilização generalizada, economias globalizadas e digitalização, fixadas em maximização de lucros, com forte presença da correlação de forças em cada conjuntura específica, culminando em esvaziamento dos poderes do Estado. Desta maneira, as políticas, bem como a mídia, oscilam entre a defesa do interesse público e as exigências de rentabilidade do setor privado.

Diante de um contexto político que prioriza o poder econômico, percebe-se que reiteradamente o/a assistente social é chamado/a a intervir de forma qualificada nas legítimas demandas dos/as usuários/as pelos seus direitos, tendo em vista o processo de democratização das informações, apresentando a comunicação como ferramenta importante na atuação profissional.

A presente pesquisa foi desenvolvida tendo por base as campanhas do CFESS Manifesta, elaboradas pelo conjunto CFESS-CRESS, por meio de materiais impressos, visuais e áudios. O estudo se ancorou na Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Capítulo V, parágrafo 5º do Artigo 220, que trata da liberdade de expressão e acesso à informação.

A referida pesquisa teve também por embasamento o Código de Ética dos Assistentes Sociais, Capítulo I, Artigo 5º, alínea C, em que explicita: “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 29).

Nesse processo foram utilizadas fontes de estudo bibliográfico, tais como: publicações do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Coletivo Brasil de Comunicação Social Intervozes, Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS-CRESS, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) Países, leis etc., visto que tais fontes têm apresentado dados fidedignos e atualizados sobre o tema. Fornece ainda subsídios para compreender o processo de afirmação e materialização do compromisso que toda administração pública deve ter com a publicização da coisa pública. Isto garante ao/à cidadão/ã o direito ao acesso à informação e na democratização da comunicação, garantindo obrigatoriedade de transparência em suas ações, com maior controle da sociedade civil sobre os gastos públicos e a consequente efetividade dos investimentos públicos.

O universo da pesquisa foi composto pelas seguintes instituições: Núcleos Regionais do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS) do Paraná, nas Regiões de Campo Mourão, Maringá, Cornélio Procópio e Foz do Iguaçu, CRESS de Curitiba, Seccional de Londrina e CFESS.

Os sujeitos da pesquisa foram Assistentes Sociais responsáveis pela coordenação de 04 (quatro) Nucess do Paraná, agente fiscal do CRESS-Seccional de Londrina, uma assistente social membro da Comissão de Comunicação do CRESS-Pr. – Curitiba e uma Conselheira do CFESS, também Coordenadora da Comissão de Comunicação deste Conselho Federal. A escolha dos sujeitos se deu pela necessidade de discutir como os organismos de representação tem se organizado e preparado os profissionais, agentes multiplicadores, para estabelecer uma rotina de comunicação, visando um alcance de resultados mais efetivos, mantendo-os mais atualizados.

Considera-se importante que assistentes sociais também conheçam e debatam a influência que a comunicação exerceu e continua exercendo sobre as políticas públicas no Brasil, e qual o seu papel enquanto profissional neste sistema, no processo de luta pela defesa da comunicação como garantia de acesso aos direitos.

## **A COMUNICAÇÃO E O SERVIÇO: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA**

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na Gestão 1996/1999, inaugurou a discussão sobre a comunicação no Serviço Social por meio de um documento chamado “A Beleza Está nas Ruas”, apresentado no 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 2001.

A partir deste momento, o conjunto CFESS-CRESS instigou a reflexão e elaborou as primeiras diretrizes para a Política Nacional de Comunicação, aprovada em setembro de 2001, em Belo Horizonte (MG). Em 2006, organizou-se o 1º Seminário de Comunicação, com vistas a uma discussão mais amadurecida sobre a temática, compreendendo o papel fundamental desenvolvido pela comunicação dentro da área, vislumbrando a capacidade de avanços e firmando uma política que priorizasse a comunicação como bem público e direito de cidadania. No ano de 2007 foi publicada a primeira versão da Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS- CRESS.

Os Encontros Nacionais do conjunto CFESS-CRESS, desde 2006, tem renovado a importância da comunicação para a categoria de assistentes sociais, para os usuários, para outras categorias profissionais, bem como para a sociedade como um todo, na direção de reafirmar o Projeto Ético-político Profissional, conforme destacado por Braz (2009, p. 8):

Trata-se de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade.

Desta forma, os/as assistentes sociais, através de seu compromisso ético-político, podem chamar a atenção para a necessidade de fortalecimento de uma atuação política que lute pela defesa da informação como direito do/a cidadão/ã, como instrumento de disputa hegemônica, provocando uma reflexão sobre as manobras utilizadas pelo capital para conquistar sua hegemonia, como classe dominante, especialmente no campo das comunicações, marcado pela centralização das informações e negação de direitos.

Em relação à comunicação e ao Serviço Social, em 2010, por meio da compreensão da categoria de Assistentes Sociais e do conjunto CFESS-CRESS, reafirmou-  
*Caderno Humanidades em Perspectivas - I Simpósio de Pesquisa Social e  
I Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Julho/2018*

se as possibilidades de intervenção sobre a comunicação, onde, durante o 2º Seminário Nacional de Comunicação, foi revista e atualizada a Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS-CRESS, que objetivava reorganizar as ideias e aprofundar concepções sobre o tema. Tal documento foi fruto de contribuições de vários Conselhos Regionais, tendo sua aprovação no 39º Encontro Nacional do conjunto, realizado em setembro de 2010, em Florianópolis (SC).

Algumas ações foram decisivas para um avanço significativo do conjunto CFESS-CRESS no que concerne à comunicação institucional, como por exemplo, a criação de instrumentos de afirmação do projeto ético-político do Serviço Social e a necessidade de desenvolvimento de estratégias e iniciativas coletivas que dessem visibilidade à profissão. Isso se deu através de diversas ferramentas comunicacionais, destacando-se aí a revista *Inscrita*<sup>1</sup>, produzida com a finalidade de contribuir para o debate crítico dos temas relacionados ao Serviço Social e de incluir cada vez mais o/a assistente social na história de luta por transformações na sociedade brasileira.

É importante fomentar o debate da comunicação no Serviço Social como meio de consolidar o Código de Ética (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993), que coloca a necessidade de criação de espaços para acesso à informação.

Também sobre este assunto, convém trazer a definição apresentada pelo CFESS sobre os/as assistentes sociais como fontes de informação:

Por ser tratar de profissionais que estudam a realidade social brasileira e trabalham, em sua maioria, diretamente com a população, assistentes sociais podem ser importantes fontes de informação, inclusive para a imprensa. Em situações de violação de direitos humanos, retratadas diariamente pela mídia, é comum encontrarmos análises de profissionais do direito, da psicologia e de outras categorias. Entretanto, o olhar para a questão social nem sempre é levado em conta. Assistentes sociais, em seu trabalho cotidiano, ficam face a face com os problemas sociais. Por isso, podem analisar situações noticiadas pela imprensa diariamente (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014b).

Outro passo importante dado pela categoria para disseminação de informações e conhecimentos produzidos foi a criação da Revista *Temporalis* em 2000, editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

---

<sup>1</sup> Criada em 1997, está hoje em seu 14º número.

Neste contexto, há que se considerar também outras estratégias fundamentais implementadas pelo conjunto para ampliação do espaço da categoria e dar visibilidade social da profissão. Para tanto, foi investido na contratação de especialistas em comunicação social, especialmente jornalistas, em vários conselhos regionais, rompendo com o amadorismo. Sobre isto, registra-se um enorme avanço, pois houve várias contratações em caráter definitivo desses especialistas nos conselhos regionais, mesmo diante das dificuldades financeiras. Outra questão que deve ser lembrada é a formação de comissões de comunicação, assinalando a relação entre projeto profissional e projeto ético-político, com vistas a reafirmar a comunicação como direito humano.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (2017), somam-se hoje aproximadamente 160 mil profissionais com registro ativo nos CRESS. Diante deste número de profissionais e seus campos de atuação, deve-se refletir como a comunicação tem impacto determinante para que se fortaleçam princípios e valores defendidos pela profissão. Assim, todos os anos, o conjunto CFESS-CRESS lança uma agenda, que além das funções comuns a esse tipo de produto, traz também alguns itens especiais, como contatos atualizados dos principais órgãos públicos e entidades parceiras do Serviço Social no país, além de textos diversos sobre a profissão.

Vale ressaltar que a comunicação também deve ser apropriada pela categoria como forma de transmitir para a sociedade e movimentos sociais qual o real papel do/a assistente social, em sintonia com o Projeto Ético-político profissional, distanciando-se de formas assistencialistas e paternalistas de viabilizar direitos por anos transmitida, bem como firmar alianças que possibilitem debates acerca da necessidade de outro projeto societário, justo e igualitário.

É como apresenta Marx (2006, p. 78) “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes”. Tal constatação nos leva a perceber o quão importante os meios de produção que envolvem a comunicação são relevantes e poderosos, estando no centro da disputa pelo controle do que é difundido na sociedade atual com um alcance antes inimaginável. Desse modo, a reflexão sobre a comunicação no exercício profissional é um grande desafio, pois articula áreas que estabelecem contato direto com fatos, pessoas e acontecimentos.

Desta forma, o avanço em relação à comunicação como estratégia política contribui para a legitimidade das mudanças necessárias junto aos profissionais da área, favorecendo a articulação com movimentos sociais e outras categorias, potencializando o exercício profissional, e, para que isso seja possível, é essencial que a categoria perceba o conhecimento e a linguagem como instrumentos de trabalho, uma vez que cada público demanda uma forma de se comunicar diferente e a linguagem, neste sentido, é poder. Por isso a importância de se compreender a relação com os meios de comunicação e ainda o seu papel como educadores sociais e formadores de opinião.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da pesquisa realizada, conclui-se que a realidade está permeada de interesses antagônicos, em que a classe trabalhadora é sempre subsumida de seus direitos, e dentre estes, o direito à informação. Esta postura crítica é o que possibilitará a contextualização histórica, de modo a compreender os acontecimentos presentes e futuros, munindo-se de conhecimentos teóricos, técnicos e políticos para este embate.

O processo de mundialização do capital, a partir da década de 1990, aprofunda no Brasil os ideais neoliberais, com políticas de caráter assistencialistas, clientelistas, com fortes traços conservadores. Esse processo desarticulou forças progressistas, como os partidos políticos, movimentos sociais e entidades de classes, desmobilizando e esvaziando de seus ideais emancipatórios a classe trabalhadora. Neste caminho, desenvolveu-se no país, o que Couto (2010) denomina de “um tipo peculiar de cidadania, a invertida”, pautada na ausência de cidadania nas relações entre o Estado e a sociedade, provocando uma crise de organização de classe que se encontra desconfigurada em sua essência mobilizadora. Esta condição dificulta a representação da sociedade.

Conforme aponta Lewgoy (2010), “por meio da linguagem no mundo da comunicação, as informações difundem-se cada vez mais velozmente”, desta forma, os meios de comunicação trouxeram um fluxo de informação incontrolável. Cabe ao Serviço Social apropriar-se deste instrumento político para o resgate da cidadania e socialização das informações, no sentido atender às demandas reais dos cidadãos/ãs, na perspectiva de garantias de direitos. Assim, as campanhas desenvolvidas pelo conjunto CFESS-CRESS,

apresentam-se com potencial de se constituir em instrumento de luta para a garantia de direitos da população brasileira. No entanto, este processo ainda necessita ser introduzido no contexto das ações profissionais de forma mais participativa, respeitando as particularidades regionais, em um país de abrangência tão grande como o Brasil. O direito democrático à participação representa o respeito à liberdade dos/as assistentes sociais em decidir sobre os assuntos a serem discutidos coletivamente e desenvolvê-los por meio da socialização da informação com seus pares e cidadãos/ãs.

Ainda que as conclusões apontem para a necessidade de um maior aprofundamento sobre o impacto da comunicação no Serviço Social, é importante sinalizar para os/as assistentes sociais o seu papel como “formadores de opinião” (ESPÍNDOLA, 2009, p. 231), entendendo as tramas conjunturais presentes e formas de enfrentá-las.

A busca de um novo olhar sobre a relação entre o Serviço Social e a comunicação, envolvendo a população demandante das políticas públicas, por meio de ações de cunho socioeducativo e trabalho de equipes multidisciplinares consolidados, possibilita o reconhecimento da conjugação de esforços para o enfrentamento, promoção e avanços do projeto ético-político do Serviço Social. Ainda que a categoria profissional sofra as consequências da dinâmica conjuntural das relações econômicas, culturais, políticas e sociais, determinadas dificuldades poderão ser enfrentadas por meio de um processo aberto de discussão, mediada pela informação, desde que incluídas na agenda política da categoria.

A democracia no Brasil ainda é muito frágil e, historicamente, a cidadania tem se caracterizado de forma mais passiva do que ativa, uma vez que as instituições políticas sempre se relacionaram com a sociedade através de uma postura burocrático-patrimonialista e ainda, populista e paternalista, retardando a possibilidade de criar condições para o exercício dos direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais.

Trata-se de uma conjuntura que, para seu enfrentamento, exige reconhecer a comunicação e a informação como política pública e direito do/a cidadão/ã.

Nesse contexto, o/a assistente social precisa se comprometer com o seu tempo e os desafios a ele colocados, com a responsabilidade de consolidar o processo de acesso

ao direito à informação, realizando um planejamento que incida efetivamente sobre a realidade, não só entre a categoria, mas principalmente e antes de tudo, na sociedade.

No entanto, os órgãos representativos da categoria tem dificuldade de organização para dar visibilidade às suas ações, mas aprofundar o conhecimento sobre os meios de comunicação e sua organização para enfrentar a desigualdade e a injustiça, se faz necessário. Neste sentido, os órgãos representativos devem ser democráticos, constituir-se em espaços de participação e convivência com a diversidade, imprimindo em suas ações um compromisso com a realidade social, na perspectiva da emancipação social.

A presença de comissões de comunicação nos Conselhos Regionais e Conselho Federal é algo relativamente novo e que necessita de maior legitimidade por parte da categoria, uma vez que muitos ainda não sabem de sua existência, muito menos de sua estruturação. Sobre isso Lojkine (1995, p. 17) apresenta que a informação, criada e assentada num trabalho cada vez mais coletivo, “[...] não pode ser apropriada e, menos ainda, ser enriquecida, se for apropriada privadamente, ela perde seu valor de uso [...]”.

Portanto, as ações desconectadas com a categoria profissional, base de sustentação de órgãos representativos, resultam em práticas burocratizadas, alienadas e fragmentadas, marcadas pela ausência de laços de solidariedade e compromisso entre assistentes sociais, classe trabalhadora e outras categorias profissionais. Nesta direção é que se afirma a urgência de ações concretas sobre o papel da comunicação no Serviço Social, como requisito fundamental para superar as contradições presentes na sociedade e na própria categoria.

O/a assistente social não está imune ao processo de alienação, que muitas vezes se constrói através de um “discurso competente” (CHAUI, 2000), que reproduz a dependência ao conservador e ao instituído, conforme regras ditatoriais, centralizadoras, tornando-se objeto de manipulação. Desta forma, a superação desta prática conservadora, pressupõe ultrapassar a visão fragmentada entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, devem estar articuladas organicamente em todo o processo de formação e exercício profissional.

O neoconservadorismo presente nos órgãos representativos dos assistentes sociais acaba por fragilizar a consciência crítica e política dos profissionais, resultando,

muitas vezes, em práticas esvaziadas de conteúdo ético-político, marcado por intervenções mecânicas. É preciso que a categoria se articule à população que se relaciona, para que não sejam reproduzidas formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática, consolidando atos repetitivos, burocráticos, que não favorecem as atitudes críticas e os posicionamentos políticos dos profissionais.

Nota-se que os órgãos representativos da categoria têm uma política de comunicação muito frágil, a exemplo dos sites das entidades, e das campanhas nacionais promovidas pelo conjunto CFESS-CRESS. Há quase uma década, em datas comemorativas, nas principais cidades brasileiras, os espaços são ocupados com cartazes publicitários para dar visibilidade aos temas encampados pela categoria, com o propósito de fortalecer a profissão. Sobre os resultados das campanhas, eles tem se apresentado de forma pontual e de baixa adesão por parte dos profissionais, sem alcance da totalidade dos assistentes sociais e tampouco da sociedade. Este panorama desafia tanto a categoria como os órgãos de representação da profissão, em investir no processo de construção de uma postura ética, política, teórica e técnica, tendo a comunicação enquanto uma política pública capaz de subsidiar uma intervenção qualificada, para além da realidade imediata da prática cotidiana do/a assistente social.

Assim, a articulação entre o Serviço Social e a comunicação apresenta-se distanciada da categoria profissional tanto pelo arranjo organizativo da profissão como pela condição incipiente dos órgãos representativos, o que vem fragilizando a consolidação do Serviço Social na divisão técnica do trabalho.

Neste sentido, Iamamoto (2011, p. 422) coloca:

Ao nível do trabalho concreto realizado no Estado, merece atenção a socialização das informações enquanto uma das atividades profissionais exercidas pelo assistente social. Ela não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão.

Nesta perspectiva, a socialização da informação envolve uma relação democrática e aberta dos/as profissionais, necessariamente mediada pela reflexão crítica, ocupando os espaços de intervenção, de modo a firmar um compromisso de luta, no sentido de atender os interesses da coletividade tanto na esfera pública como na esfera privada.

Assim, o papel desempenhado pelo conjunto CFESS-CRESS precisa ser debatido no âmbito da categoria profissional, de modo a atender as demandas, expectativas e experiências da profissão, sem perder de vista o objetivo ético da profissão: o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Isto significa que cabe à categoria profissional do Serviço Social imbuir-se de saberes e pensamentos para uma intervenção qualificada na realidade social, viabilizando as condições objetivas de acesso aos direitos da população em geral.

É preciso que a categoria profissional assuma a comunicação como uma política pública, valendo-se de estratégia informativa permanente, na condição de formador de opinião pública, posição reafirmada na Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS-CRESS.

Neste sentido, aumenta ainda mais a responsabilidade profissional do/a assistente social naquilo que diz respeito à mudança na forma de informar e intervir no processo de garantias de direitos. Para tanto se faz necessário a formação de profissionais comprometidos com a participação, mobilização e controle social por parte da população, contemplando a dimensão política da informação, de modo a imprimir na sociedade a cultura da informação como um direito inalienável.

Em síntese, cabe ao/a profissional de Serviço Social o exercício cotidiano da comunicação e da informação enquanto instrumentalidade de intervenção, para um novo modo de pensar e fazer profissional.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 8 abr. 2017.

BRAZ, Marcelo. Serviço social, comunicação e projeto ético-político. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Org.). **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 375-390.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perguntas frequentes**. Disponível em: Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 8 set. 2014b.

\_\_\_\_\_. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ESPÍNDOLA, Nelma. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o serviço social. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Org.). **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 214-234.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOJKINE, Jean. **Revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.